tente para o julgamento ordenar as diligências complementares que tiver por conveniente.

§ 2.º Os processos respeitantes aos mesmos crimes e que se encontrem pendentes em qualquer comarca do Arquipélago da Madeira à data da publicação d'este decreto-lei serão imediatamente remetidos, no estado em que se encontrarem e acompanhados dos réus presos, se os houver, aos juízos criminais da comarca de Lisboa, por intermédio dos respectivos agentes do Ministério Público.

Art. 6.º Aos processos que respeitem a crimes de injúrias e violências contra as autoridades públicas, resistência e desobediência, previstos nos artigos 181.º e seguintes do Código Penal, quando praticados no Arquipélago da Madeira, e que não estejam abrangidos pelo artigo 1.º d'este decreto-lei, será igualmente aplicável o disposto no artigo anterior e seus parágrafos sempre que o Ministro da Justiça, consideradas as circunstâncias do delicto, assim o determine.

Art. 7.º As dúvidas que se suscitarem na execução do presente decreto-lei serão resolvidas pelo Ministério da Justiça.

Art. 8.º Este decreto-lei entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Setembro de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Armando Rodrigues Monteiro* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Decreto-lei n.º 26:982

Tendo em atenção os factos anormais ocorridos na Ilha da Madeira e para execução do artigo 17.º e seus parágrafos do decreto-lei n.º 15:465, de 14 de Maio de 1928;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As despesas de ordem pública resultantes dos motins havidos na Ilha da Madeira em Agosto de 1936 serão reembolsadas pelo Tesouro, de harmonia com o artigo 17.º e seus parágrafos do decreto-lei n.º 15:465, de 14 de Maio de 1928, por meio de lançamento de um adicional às contribuições industrial e predial e aos impostos sobre a aplicação de capitais, secção A, profissional e complementar, do ano de 1937, liquidados nos concelhos do respectivo distrito onde se verificaram aqueles motins.

Art. 2.º Para execução do disposto no artigo anterior os serviços competentes dos Ministérios do Interior, Guerra e Marinha enviarão à Direcção Geral da Contabilidade Pública até ao dia 30 de Setembro próximo futuro notas em duplicado daquelas despesas, discriminadas por classes e correspondentes classificações orçamentais, e tanto relativamente às despesas mandadas pagar como às simplesmente processadas.

Art. 3.º A Direcção Geral da Contabilidade Pública, apurado o quantitativo total das despesas a que se referem os artigos anteriores, comunicará a respectiva im-

portância à Direcção Geral das Contribuições e Impostos até ao dia 15 de Outubro de 1936, a fim de esta Direcção Geral propor ao Governo a fixação do adicional de que trata o artigo 1.º

§ 1.º Na fixação do adicional tomar-se-á em consideração a importância dos prejuízos em livros, impressos e mobiliário; o custo do trabalho para reconstituir a escrita nas secções de finanças e nas conservatórias do registo civil que tenham sido assaltadas, e bem assim as despesas a fazer com as avaliações da propriedade rústica e urbana para a reconstituição dos volumes das matrizes que tiverem sido destruídos, devendo a Direcção Geral das Contribuições e Impostos e a Direcção Geral da Justiça dar oportunamente conhecimento da estimativa dos referidos encargos à Direcção Geral da Contabilidade Pública.

§ 2.º A parte destas despesas que já não possa ser considerada no lançamento de 1937 se-lo-á no do ano seguinte.

Art. 4.º A Direcção Geral das Contribuições e Impostos proporá as providências necessárias para a reconstituição imediata dos elementos destruídos. Até que as matrizes e verbetes estejam reconstituídos no concelho da Ribeira Brava, a contribuição predial será lançada por meio de repartição, tomando-se por base os débitos feitos ao respectivo tesoureiro no ano de 1936.

§ único. A repartição da contribuição predial a que este artigo se refere será feita, em relação a cada uma das freguesias, por uma comissão constituída pelo chefe da Secção de Finanças da Ribeira Brava, que servirá de presidente, por um representante da comissão administrativa da Câmara Municipal daquele concelho e por um «homem bom» da respectiva freguesia, designado pelo director de finanças. Da distribuição fixada por esta comissão haverá recurso, nos termos da lei, para o Contencioso das Contribuições e Impostos.

Art. 5.º De igual forma, a mesma Direcção Geral proporá as necessárias providências para a reconstituição dos processos e outros elementos de liquidação e cobrança destruídos. Quanto aos de execução fiscal que não possam ser reconstituídos, a dívida exequenda será considerada no reembolso a que se refere o artigo 1.º

Art. 6.º O produto do adicional lançado nos termos d'este decreto será escriturado em receita do Estado no capítulo 7.º «Reembolsos e reposições», em artigo com a seguinte rubrica: «Reembolso das despesas resultantes dos motins havidos na Madeira em Agosto de 1936, decreto-lei n.º 26:982, de 5 de Setembro de 1936».

Art. 7.º Conforme o apuramento das responsabilidades e se as conveniências do serviço o impuserem poderá o Ministro das Finanças determinar a anexação temporária ou definitiva, para efeitos fiscaes, do concelho da Ribeira Brava ao do Funchal.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Setembro de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Armando Rodrigues Monteiro* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Decreto-lei n.º 26:983

A Junta Autónoma do distrito do Funchal solicitou do Governo várias providências no intuito de se promover o aformoseamento da cidade e a melhoria de instalação de importantes serviços públicos ou de interesse público.